

ENTREVISTA

FLORESTAS, CIDADES E FLORESTAS*

Senadora Marina Silva (PT/AC)

*Gerson R. Albuquerque***

A partir de sua experiência como você analisa todo o início do processo de expropriação dos seringueiros de suas colocações, em meados dos anos 70, e após isso todo um inter-relacionamento de culturas nas cidades acreanas, em particular na capital (Rio Branco)?

M. S. – Com a desestruturação da empresa extrativista e da economia extrativista, que teve o seu ápice na década de 70, assim como a tentativa de substituição do antigo modelo econômico na região por um novo, baseado nos grandes projetos, de certa forma trazidos do sul e do centro sul do país para a Amazônia, como os projetos agropecuários, depois os projetos madeireiros e os de mineração, o que se pode perceber é que todos constituíram-se em um grande fracasso. Primeiro, porque não foram capazes de absorver toda a vida econômica e social que antes era sustentada pela empresa extrativista, que tinha um sistema montado, com uma cadeia produtiva, desencadeando a expulsão de centenas de pessoas de suas terras, sendo obrigadas a ir ocupar as periferias das cidades, colocando hoje uma realidade muito caótica na Amazônia. Realidade essa, por exemplo, que faz com que se tenha no estado do Amazonas 75% da população na capital; no estado do Acre, mais ou menos, 53% da população reside em Rio Branco, e, se você for verificar isso, vai perceber nos mais diferentes estados um porcentual muito grande,

* Entrevista realizada em 11/7/99, a partir de questões formuladas em colaboração com a professora Maria Antonieta Antonacci.

** Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), Mestre e Doutorando pelo Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP.

se comparado a vinte, trinta anos atrás. Isso realmente traz uma explosão de problemas em termos de saúde e saneamento, propiciando uma pressão muito grande com relação à questão de oportunidades de ocupação, em que as pessoas ficam desempregadas, sem acesso à escola, sem acesso a uma estrutura que absorva as necessidades de quem vive em um núcleo urbano.

No caso do Acre, o movimento social foi responsável por essa realidade que já apontei, e, se no Amazonas você tem um porcentual de 75% de pessoas residindo na cidade, claro que teve todo um programa de estímulo para isso, também, com a Zona Franca. No Acre tivemos uma tentativa de reter as pessoas na floresta, através da resistência dos seringueiros, no caso, ao projeto agropecuário, que era o que se colocava aqui. Analisando esse projeto, pode-se perceber que naquele processo de tentativa de modificação da empresa extrativista, toda a engenharia que foi feita, de política de substituição do modelo, não criou uma base de coesão para a sociedade amazônica: nem econômica, nem social e muito menos cultural; e as pessoas passaram a ter uma referência de desagregação de sua identidade cultural. Esse reflexo também acaba caindo sobre as populações indígenas, com a diferença de que a luta travada aqui, pela demarcação das terras dos índios, deixou-os em uma situação, embora de penúria e sem muitas alternativas nas suas comunidades – recebendo enorme pressão sobre seus recursos naturais de caça e pesca pelos seringueiros abandonados, que continuavam a disputar esses recursos com os índios –, lhes assegurou ao mesmo tempo, as suas terras. Quer dizer, hoje você não tem um grande contingente de comunidades indígenas que tiveram que, sei lá, se desterritorializar. Então esse movimento aqui foi, no meu ponto de vista, muito positivo, e, vale lembrar, vinte anos se passaram, e hoje o que a gente tem? A gente tem vinte anos de resistência, em que, vamos dizer assim, uma parte das pessoas envolvidas no processo de busca de propostas de desenvolvimento para o estado, que acreditavam que o projeto de fazer na Amazônia uma proposta de substituição ao antigo modelo, a partir de uma concepção nova com relação ao extrativismo, com relação ao que seria a natureza de um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, vêm discutindo e construindo alternativas. Assim, aqui no Acre, o professor Rego (José Fernandes do Rego, Departamento de Economia da UFAC) formulou este projeto como neoextrativismo, enquanto a gente tem falado que a vocação daqui é agro-extrativista, fazendo esse acasalamento entre atividades que sejam de transformação já da natureza e atividades que ainda sejam de coleta e de extrativismo, não só de extrativismo puro, mas um extrativismo que esteja, digamos assim, consorciado com várias atividades, porque como a Amazônia é diversa culturalmente, diversa em termos de ecossistemas, também

ela tem de ser diversa em termos de práticas econômicas. Então, é um pouco isso que a gente tem pensado e, com certeza, para mim, esse movimento é responsável por nós não termos uma política desastrosa, quase que incorrigível dentro da Amazônia, porque começou a pressionar do ponto de vista endógeno, a partir do movimento seringueiro do Acre, combinando isso com a pressão externa, principalmente de movimentos ambientalistas, propiciando que hoje tenhamos um resultado que considero positivo para que se possa ter uma base de ação.

Ao mesmo tempo, ao longo desses vinte anos, foram se criando políticas alternativas, não se pode nem dizer que eram políticas, mas algumas experiências-piloto, alternativas de desenvolvimento como hoje a gente pode citar o caso dos sistemas agro-florestais, você pode citar a idéia de manejar os recursos florestais, você pode citar as tecnologias que foram conseguidas através da Embrapa, o próprio INPA, os institutos de pesquisa na Amazônia, em particular com relação ao melhor aproveitamento das áreas de pastagens, áreas que já foram degradadas. Algumas técnicas no que se refere à recuperação de algumas áreas degradadas. Eu considero que essas experiências positivas devam ser transformadas em políticas públicas de desenvolvimento na Amazônia, é isso que nós aqui no Acre estamos fazendo a partir da conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

Apesar desses vinte anos de resistência pela manutenção de trabalhadores na floresta e, fundamentalmente, das culturas extrativistas, não se pode negar todo um crescimento populacional nas cidades acreanas em decorrência da expropriação/expulsão de muitas daquelas famílias para as nossas periferias. Como você analisa isso?

M. S. – Bem, primeiro o seringueiro tinha um espaço conhecido, delimitado, um universo cultural, social, ele se situava geograficamente dentro de um seringal com várias colocações, ele se situava dentro da sua colocação, então a sua referência de mundo eram o espaço em que ele vivia e o seu sistema de vizinhança, os seus vizinhos que estavam no entorno. Claro que quando há essa desagregação, que as pessoas vêm para a periferia, de certa forma, elas tentam trazer um pouco dessa sua influência cultural e eu diria que um dos aspectos que mais sobreviveu e que sobrevive até hoje é a relação de solidariedade que existia no seringal entre as famílias. Por exemplo, a gente tinha todo um sistema que não pode se dizer nem que era de troca, mas era um sistema de solidariedade mesmo: se você matava uma caça grande, você tinha aquilo que a gente chamava de “vizinhar”, então você tinha que vizinhar entre os dois seringueiros mais próximos da sua casa, que era geralmente levar um pedaço da caça, geralmente um

quarto ou alguma coisa assim para o seringueiro próximo. E uma coisa interessante, era considerado falta de educação, mesquinhez, você levar a parte da frente ou qualquer parte que tivesse afetada pelo tiro, você tinha que levar o melhor pedaço. Uma outra coisa, os roçados. Por exemplo, você ia abrir um pequeno roçado, não era um grande roçado, tudo era agricultura de subsistência. Então, isso que no sul do país chamam de mutirão a gente chama de adjunto. Então se fazia um grande adjunto, juntava quinze, vinte homens das colocações no entorno, e todo mundo ia para aquela colocação. Botava o roçado, depois todos iam para o roçado do outro para brocar. Para derrubar não podia porque é perigoso derrubar de muitos, mas as roças de subsistência sempre, geralmente, terminavam em uma festa que agregava as pessoas, que tinham uma vida social solidária, mesmo à distância de duas ou três horas de caminhada de uma colocação para outra. Tinha um viés de solidariedade.

Até hoje você encontra, ainda, essa cultura de solidariedade, pelo menos nos mais velhos porque na juventude, digamos assim, de certa forma houve um corte desse vínculo, mas nas pessoas mais ou menos de sessenta, cinquenta, quarenta anos, elas têm esse viés de solidariedade e você encontra também esse sistema de vizinhança muito na periferia de Rio Branco. É um que empresta uma colher de café, empresta um pouco de óleo, empresta um pouco de açúcar, um pouco de leite. Se você for ver, às vezes, nos bairros pobres o que faz com que as famílias vivam é esse sistema de cooperação, porque parece assim que todo mundo acaba ajudando alguém em alguma pequena coisa, como era um pouco a cultura do seringal. Eu sinto que essa influência ocorria e ocorre. Por outro lado, é claro que as pessoas passaram a ter também uma falta de referência no mundo. Lá ele era um seringueiro, assim como os colonos se sentem agricultores. Aqui eles no mínimo conseguem ser chamados de desempregados. O lugar onde ele mora já não é mais a sua colocação, é um bairro periférico, um bairro de invasão, quer dizer é um outro universo de referência que passa a povoar a cabeça dessas pessoas e até o seu comportamento. Com a juventude isso já é mais drástico, porque ela não tem esse valor remanescente da cultura antiga dos seringais e ela se constitui em um, digamos, espaço de exclusão, de muita violência, de dupla violência: a violência que ocorre mesmo nos bairros de periferia, mais uma violência de expropriação de qualquer possibilidade de construção de sua identidade como cidadão mesmo, com muita dificuldade de acesso à escola, sem atendimento de saúde, sem perspectiva de trabalho. Uma vida de pouca expectativa, de muito poucas expectativas.

Para a Marina que veio do seringal, o que significou morar na cidade, ou melhor, o que significou para as famílias seringueiras, expropriadas das suas colocações, toda uma ruptura com aqueles referenciais de mundo dos quais você falava agora a pouco, fundamentalmente porque a partir da década de 70 surgiu toda uma campanha de substituição do passado extrativista, condenado como símbolo de atraso e miséria pela propaganda oficial, por um presente agropecuário, sinônimo da “modernização” amazônica?

M. S. – Olha, por incrível que pareça, em alguns aspectos a investida da mídia, dos grupos de poder, dos formadores de opinião, daqueles que tinham o poder de através do rádio, da televisão, de chegar à cabeça das pessoas, propiciou todo um processo de indução em que durante muito tempo as pessoas começaram a acreditar que, talvez tirando a floresta, seria possível até ter indústria, ter gado, ter não sei o que, era uma perspectiva de progresso. Houve uma indução para as pessoas imaginarem que aquilo era progresso. E muitas pessoas até desconsideraram aquela forma de vida em que tinham uma base de realidade para que essa desconstrução ocorresse. Antes ele vendia a sua castanha, vendia a sua borracha e, de repente, ele já não tem mais como vender a sua borracha, sua castanha. Se alguém chega e diz: “Olha isso é assim porque isso aqui é atrasado, isso aqui não serve, nós temos que fazer outro”, então as pessoas – até porque o ser humano precisa acreditar em alguma coisa – foram acreditando nisso.

Com o passar do tempo, em que as pessoas não foram absorvidas pelas grandes fazendas, não foram absorvidas de jeito nenhum e ficaram desempregadas para sobreviver, com o movimento que começou a ter, aqui no Acre, principalmente de valorização da floresta como um meio de vida, no qual você podia ter pelo menos a dignidade de não se desconstituir como uma unidade familiar, como ocorria aqui na cidade, foi-se criando um outro referencial. Mas, não se pode dizer que boa parte das pessoas que vieram para cidade pensaram assim; algumas passaram a ter um preconceito mesmo, com relação à idéia de ter que voltar para floresta, duvidando de que isso poderia ser uma saída. Eu diria que, no Acre, houve uma espécie de divisor de águas, existia um grupo que acreditou nisso, tanto é que chegou um período em que houve um candidato ao governo que saiu exatamente defendendo essa bandeira contra o atraso, falando em desenvolvimento, não sei o quê. Era a candidatura do Rubens Branquinho, que começou lá em cima, nas pesquisas de opinião, e, em seguida você tem uma outra parte da população que diz “espera aí, vamos pensar um pouco”. Aí surge o Jorge Viana já em 1990, no segundo turno, cujo discurso era exatamente enfatizar que isso aqui não é bom para nós, não podemos destruir a nossa floresta. Isso já foi um demonstrativo

muito grande de que o Acre conseguiu se diferenciar de Rondônia, por exemplo. Em Rondônia hoje, o que tem de discussão com relação ao meio ambiente foi um processo de indução em cima de uma pressão sobre os recursos naturais que aconteceu completamente desordenada, porque ali chegaram milhares de pessoas que, digamos assim, sufocaram completamente a população local e com outros valores, do sul, do centro sul do país. Começaram a tratar da região como se fosse um bando de formigas, pois o que tinha ali, que dava algum dinheiro, tinha que ser pego imediatamente. Aí vem toda a história de programas como o Pronaflora, que começa a colocar esses componentes, e tudo o que você tem lá é mais como indução de políticas públicas do que como uma reação das próprias pessoas. Diferentemente daqui no Acre, onde houve esse divisor de águas.

Na campanha atual do Jorge, que ganhou com projetos locais, dez anos depois; ele conseguiu eleger-se governador com nossas propostas, e a gente já tinha conseguido uma cadeira de senadora, que era muito vinculada a essas propostas. Nas pesquisas qualitativas que fizemos, quando perguntava-se para as pessoas como era que elas queriam o desenvolvimento do Acre, 75% das pessoas de periferia respondiam que queriam que desenvolvessem o Acre sem destruir a mata. Muitos diziam até com essas palavras. Se você pensar que há vinte anos as pessoas estavam iludidas com a idéia de progresso; se a gente dizia que tinha que preservar a mata, vinha toda a história de que se era contra o progresso, contra a estrada, contra o desenvolvimento, ou seja, criava-se nas pessoas uma reação muito grande. Agora elas próprias, a partir de todo um movimento de resistência dos seringueiros, das ONG's, as pessoas assimilaram essa proposta.

Agora, a responsabilidade que a gente tem é de provar que preservar a mata também pode significar, digamos assim, melhores condições de vida para as pessoas e muitas vezes algumas pessoas pegam a questão das reservas extrativistas de forma isolada e pensam que simplesmente a gente está propondo generalizar reservas extrativistas para o estado todo, que a gente está propondo um modelo extrativista que esteja baseado no binômio antigo castanha e borracha. Hoje existe uma série de propostas que estão sendo trabalhadas, como a implementação dos sistemas agroflorestais, como a questão do adensamento de determinadas espécies. Tem toda uma série de novos componentes que o professor Rego tem formulado como sendo, o que ele chama de neoextrativismo, que está sendo implementado, e, além do que, você não pode preterir a tecnologia, os avanços que nós já tivemos. Se antigamente você tinha, sei lá, uma cabeça de gado por hectare, hoje, com a técnica que foi desenvolvida pela Embrapa e outras instituições

de pesquisa, você pode chegar a quatro cabeças de gado por hectare. Então isso significa o quê? Utilizar melhor as áreas de ação antrópica, a capacidade de chegarmos a dobrar o que já temos de pecuária sem precisar mais devastar e um programa de recuperação das áreas degradadas, fazendo com que essas áreas possam ser produtivas para os pequenos agricultores. Por que? Porque a pressão sobre os recursos naturais ocorre como uma forma de garimpar nutrientes, cada ano você tem que derrubar, para queimar, para poder ter nutrientes para poder plantar sua roça. Se existe um programa de áreas que podem ser mecanizadas, com uma proposta adequada de adubo, que as pessoas possam utilizar as áreas já degradadas, com certeza elas não vão pressionar os recursos que nós já temos.

Com relação às reservas extrativistas, você acredita que elas tenham servido para conter a migração de trabalhadores rurais no sentido floresta-cidade? E qual a relação dos trabalhadores organizados em torno das reservas com as cidades acreanas?

M. S. – Olha, eu acho que a contenção que foi possível, foi dentro das limitações em que você tinha as reservas extrativistas como uma luta do sindicato, como uma luta de cooperativas e de associações, à margem de qualquer política pública do governo. Inclusive as reservas foram penalizadas, porque não tinham como escoar a produção, porque os governos não davam nenhum apoio. Para as reservas não iam as escolas, não iam aos postos de saúde. O que lá chegou, foi graças às ações das ONG's; no caso das comunidades indígenas, o trabalho da CPI (Comissão Pró-Índio) e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) na questão de saúde, e para os seringueiros o CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia) na questão de educação. Então, quer dizer, a gente não pode nem ter uma avaliação se conteve ou se não conteve a população, porque os que ficaram foram exatamente pessoas conscientes, que ficaram ali até por uma questão de honrar a luta que fizeram em torno daquilo.

Hoje, quando você tem a perspectiva de um governo que pode viabilizar essas reservas, você tem as pessoas voltando para os seringais. Nós tivemos uma produção de borracha, no ano passado, de mil ou mil e quinhentas toneladas; a previsão para esse ano, só nesses seis meses de governo do Jorge, já é de cinco mil toneladas de borracha, em função de novas medidas que levam muitas pessoas a voltarem para as áreas extrativistas. Então, se você tem uma política adequada, com relação às reservas – e você tem que separar, pois existem as reservas e ainda existem os seringais que não são reservas –, se você tem uma política adequada para os agricultores, você não só segura as pessoas, mas você pode fazer com que as pessoas retornem, porque hoje

o índice de desemprego nesse país está terrível, não tem perspectiva de sobrevivência nas cidades. São Paulo, hoje, tem 20% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho, agora imagina em uma realidade como a nossa. Então ele pode ser um vetor, também, de retorno. Agora isso depende de questões básicas, as que eu falei anteriormente e outras adicionais, como saúde, educação, algum tipo de conforto em que a gente está trabalhando, como os núcleos rurais. Seria você ter centros de comunidades rurais em que esses centros possam ser aglutinadores, onde as comunidades terão acesso à saúde, a um ponto de escola, a um espaço para o lazer, às atividades religiosas, culturais, enfim, criando uma figura que não é o barracão, que antes era o espaço em que havia essa troca. Hoje você teria um núcleo, que a gente pode até poderia chamar de uma espécie de urbanidade rural, onde você comunitariamente teria serviços, uma prestação de serviços para aquelas populações do entorno. Isso eu acho que é factível e, ao mesmo tempo, a gente pode trabalhar com algumas outras perspectivas, que seria fazer com que a cidade pudesse também ter outras alternativas de geração de emprego. Porque você não tem como imaginar em reabsorver todo mundo para a zona rural, porque a população aumentou e, então, a pressão sobre os recursos naturais seria insuportável. Claro, nessa perspectiva não dá para transformar todo mundo em coletor extrativista.

Pensando o crescimento populacional nas áreas de reservas extrativistas, a Reserva Chico Mendes, por exemplo, você tem uma estimativa populacional que ela seja triplicada em dez anos, na sua opinião qual é a perspectiva de manutenção, de sobrevivência dessa população nessa área da reserva, nos marcos daquilo mesmo que está se pretendendo, ou seja de ir além do extrativismo tradicional?

M. S. – Eu acho que tem algumas coisas. Há sei lá quantos anos atrás, quando você não tinha as cidades verticalizadas, as pessoas não conseguiam imaginar como é que de repente as cidades poderiam crescer, ficariam em um raio inadmissível. De repente, uma alternativa foi verticalizar as cidades porque você consegue adensar mais pessoas. No interior de uma reserva, você tem um crescimento demográfico que é significativo, até porque a prole das pessoas que vivem na floresta, por tradição, é muito maior do que a das pessoas que vivem na zona urbana, muito embora já esteja hoje acontecendo, também, um controle de natalidade espontâneo. Se a minha mãe teve onze filhos, das minhas irmãs que continuam morando lá onde eu nasci, a que tem mais filhos tem quatro. Uma diferença significativa. Já as filhas da minha irmã só querem ter dois. Também, você tem esse processo que vai modificando as práticas culturais,

inclusive nessa questão da reprodução e aumento da prole. Agora se você pensar que é possível introduzir novas técnicas, você vai ter um crescimento, digamos, em um mesmo espaço. Antigamente era impossível com esse crescimento manter-se em uma colocação de seringa, que tem três estradas de seringa. Não tem jeito, vai ter sempre as mesmas estradas de seringa, as mesmas castanheiras. Não dá para imaginar diferente. Agora, se você tem as mesmas estradas de seringa, as mesmas castanheiras e tem um açude em que você cria peixe, você pode manejar as madeiras que podem ser extraídas dentro de uma idéia de manejo sustentável, você pode ter um processo de beneficiamento de determinados produtos. Por exemplo, hoje eles já nem estão mais vendendo a castanha *in natura*. Já existe uma unidade, em algumas comunidades, de beneficiamento na própria colocação, onde as mulheres têm uma ocupação.

Então faz-se um consórcio de atividades e durante todo o ano você vai ter atividades. Hoje estão trabalhando com a questão do adensamento de seringa, de castanheiras, e de madeiras nobres. Vai-se criando um espaço em que a família não é mais aquela família dos tempos antigos, tem-se uma unidade familiar que passa a funcionar como uma pequena empresa. Aí você pensa, mas isso não é mais o seringal antigo, não é e nem tem como ser, porque a empresa extrativista como funcionava, dentro do sistema de aviamento, acabou. O que você tem hoje é uma visão que é mesmo um novo extrativismo, é uma combinação, uma espécie de um agroextrativismo, onde combina-se isso, inclusive, com a atividade de agroindústria, de beneficiamento prévio de matéria-prima para agregar valor na própria comunidade e então pode-se ter, digamos assim, uma ampliação da assimilação de novos contingentes que vão surgindo. Isso não tem como absorver o crescimento, mas durante uma linha de tempo é possível. É claro que a gente tem que apostar nisso. O problema é que, às vezes, as pessoas ficam pensando a reserva como se ela fosse a única possibilidade para aqueles trabalhadores. No momento em que leva a escola, no momento em que você leva condições de vida, muitas das pessoas, os filhos dos agricultores, poderão optar por não ficar na reserva. Não se pode pensar a reserva como se as pessoas tivessem que ficar congeladas dentro daquele espaço. As pessoas têm sonhos, têm expectativas. Tem muita gente que não vai querer ficar na reserva, outros que vão querer ficar, e até porque o universo da reserva é limitado mesmo, em termos geográficos, em termos de recursos naturais, é uma área delimitada, é uma reserva, tem um número técnico, inclusive, que ela é sustentável socialmente, economicamente e ambientalmente, não dá para você enfiar todo mundo lá dentro.

O Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), que está aí, é uma realidade concreta, na qual o atual governo do estado está trabalhando intensamente; significa o que, inclusive, para essa sobrevivência dos modos de viver dos trabalhadores da floresta? O que ele representa, também, para aquelas comunidades que não estão envolvidas nas reservas extrativistas, em particular para aquelas que habitam os diferentes espaços das cidades? E o debate em torno desse ZEE, será que não está ocorrendo, fundamentalmente, no meio urbano? Onde ficam as comunidades rurais nesse debate?

M. S. – Entendo que o debate não é urbano, pelo menos neste governo. É um debate que surge da luta dos seringueiros, do movimento extrativista. Hoje, esse debate que foi circunscrito aos sindicatos, às cooperativas, às associações, às comunidades de base, ele entra na zona urbana e está tentando firmar-se como uma política pública de desenvolvimento, inclusive, do ponto de vista cultural, resgatando valores. As pessoas que viviam nas cidades, de repente, em alguns momentos da história, viam os seringueiros, viam os índios como se fossem pessoas inferiores, porque eram identificados com uma identidade seringueira, porque as pessoas diziam que eram analfabetos, moporongas. Hoje, você tem todo um resgate da auto-estima dessas pessoas. Por que? Porque de repente o governo, os meios de comunicação já não estão mais tratando o tema da forma preconceituosa como era tratado anteriormente. De repente, você tem um governador que acredita nisso, porque é engenheiro florestal e defende isso por suas convicções políticas e ideológicas. Você tem uma senadora que é até óbvio que seja assim, por ter sido seringueira, e porque nunca escondeu essa identidade. Eu lembro que quando eu fiz os meus documentos, em 1972 ou 75, sei lá, eu fui fazer meus documentos e, em todos eles, eu botava: nascida no Seringal Bagaço. No meu registro de nascimento está lá: Seringal Bagaço. Eu fico até muito orgulhosa disso, porque naquele tempo não era moda você dizer que era filho de seringueiro. As pessoas até escondiam, quem nascia em Rio Branco dizia eu nasci em Rio Branco, não dizia que nasceu no seringal; quem nascia em Tarauacá, se pudesse não dizia, porque as pessoas mangavam. E toda vez as pessoas, muitas vezes até na escola, quando as pessoas viam meus documentos diziam “Ah, você é do ‘bagaço’”, no sentido pejorativo da palavra bagaço.

Acredito que esse resgate cultural de valores está acontecendo. Só que os valores da nossa tradição vindo para a cidade, precisam ser trabalhados, vai ter que ter um esforço muito grande a partir da universidade, a partir dos núcleos formuladores de opinião para se fazer aquilo que é feito no mundo todo. Na Europa, por exemplo, as pessoas não querem apagar a sua memória cultural, a sua identidade cultural. Infe-

lizmente, nos países em desenvolvimento, a primeira coisa que você tem, se você tem um barraco arquitetônico de mil novecentos e não sei o que, as pessoas querem tirar aquilo e botar um prédio que mais parece uma coisa de bumba-meu-boi, com todo o respeito que eu tenho, cheio de vidros e lantejoulas, porque aquilo é progresso, aquilo é que é bonito. Quando visitei a cidade de Assis, fiquei impressionada, toda a arquitetura é da forma como eram os antigos mosteiros, ninguém pode construir nada que seja um prédio modernoso. Enquanto aqui, por exemplo, as nossas casinhas feitas de paxiúba, cobertas de palha e fechadas de ripa, todas cheias de frestinhas, é desconsiderada. Claro que era o possível com a matéria-prima que se tinha, mas ela tinha uma lógica com aquela cumeeira alta, por causa do calor. De repente aparece essa arquitetura com casas cobertas de brasilite, achatadas, onde faz um calor desgraçado, que é uma coisa inadequada. Você pode ter uma estrutura dessas, é claro que ninguém vai propor casa de paxiúba, até porque acabam os açaçais e os ouricuris para cobrir de palha. Mas, ao mesmo tempo, você pode recuperar essa identidade cultural que a gente tem, até mesmo nas formas de nossa cidade, nos nossos símbolos.

Hoje, estou tentando botar o nome do novo aeroporto, de Aeroporto Internacional Chico Mendes, e há uma grande simpatia de vários senadores para que o aeroporto daqui passe a se chamar Chico Mendes. Mas, ao mesmo tempo, vem o nosso senador Nabor Júnior (PMDB), apresenta outro projeto chamando-o de Oscar Passos. Eu não tenho nada contra o Oscar Passos, até acho que ele merece uma homenagem, também, mas fica essa coisa de um setor que não se conforma que esses símbolos, que são verdadeiros da nossa cultura, possam estar presentes na nossa vida, no nosso cotidiano. É isso que nos dá densidade, é isso que nos faz ter referência no mundo. Não adianta eu querer imitar o modelo modernoso de São Paulo, se isso não quer dizer nada para mim. O que me dá referência de mundo é, como diz o velho ditado, “cantar a minha aldeia”, fazer com que a minha aldeia seja vista pelo mundo e que eu possa ver, também, as outras aldeias.

Então você acredita que é possível mesmo propiciar um desenvolvimento regional, para a Amazônia, para o Acre, concretamente articulando o tradicional com essa perspectiva modernizadora, que de certo modo nos foi imposta de forma muito violenta e agressiva?

M. S. – Creio ser possível fazer essa combinação do que há de mais moderno com a nossa tradição, porque ao valorizarmos a nossa tradição não significa que estejamos dispensando a ciência, a contribuição que o avanço da modernidade nos oferece. Inclu-

sive isso deve ser utilizado para que a gente possa continuar tendo tradição. Por exemplo, imaginar que você pode hoje replantar determinadas espécies, que há vinte anos nós não tínhamos tecnologia para isso, é uma ajuda da ciência para evitarmos que a nossa tradição seja destruída, que haja uma pressão tão desenfreada sobre os recursos naturais e que tudo se acabe. Então, essa combinação entre o moderno e o tradicional deve ser feita. Agora entendo que o Acre, no caso, e não só o Acre, o Capiberibe, também, no Amapá, já em seu segundo mandato, tem uma responsabilidade muito grande. Eu comparo sempre nossa responsabilidade com a responsabilidade de gênero, quando nós as mulheres ocupamos um posto, a gente tem que ser redondinha, porque se a gente fracassar é porque a gente é mulher. Ninguém nos avalia assim “era incompetente”. Não, é porque era mulher, está vendo. Os homens não são avaliados assim, se eles errarem é porque são incompetentes, ninguém diz é porque é homem. No nosso caso, a cobrança vai ser muito parecida com essa cobrança de gênero. Se nós fracassarmos, vão dizer “está vendo é porque eles defendiam aquele modelo lá, antigo”. Está entendendo? Atrasado. E nós temos uma responsabilidade muito grande de nos constituirmos como uma alternativa porque hoje, mesmo os estados da Amazônia, que já defenderam distribuição de motosserras, que já defenderam um monte de maluquices para essa Amazônia, estão reavaliando seus discursos e estão até abertos, porque já viram que não é fácil encarar propostas que não se viabilizem.

As pessoas inventaram uma idéia de que aqui era uma espécie de celeiro do mundo, mas isso não é verdade. Essa floresta é, de certa forma, não sei se uso o termo técnico correto, mas é uma floresta senil. Em muitas áreas você tem uma floresta que se alimenta de si mesma, a terra não é fértil como dizem. Tirando essa cobertura, ao chegarem as chuvas, vão todos os nutrientes e não serve para nada. Só nasce capim e mucuim. Então, eles também estão na expectativa. Se nós formos capazes de realizar esse projeto de desenvolvimento sustentável, que a gente está tentando implementar, compatibilizando os mais diferentes setores, que vão desde a pecuária ao extrativismo, passando pela atividade madeireira, dentro de uma visão sustentável, a gente pode ser um modelo. Se nós fracassarmos, eu acho que é o fracasso da Amazônia, infelizmente. Então isso é uma responsabilidade muito grande. Agora, isso é algo que a gente vai fazer sozinha aqui? Não. Isso a gente está fazendo com parceria, buscando nas universidades, buscando nos centros de pesquisa, buscando nos outros estados o apoio, porque todo mundo nos cobra a preservação da Amazônia. Agora, jogar isso nas nossas costas, sozinhos, é impossível. Ao mesmo tempo, a gente sabe que tudo que é grandioso, não é feito por

uma pessoa, por um indivíduo. Tudo o que é grandioso é feito por muitas pessoas, por muitos indivíduos, por muitas estruturas operando em conjunto.

Vamos a um possível paradoxo. Nós temos de um lado as nossas velhinhas rezadeiras, benzedeiras, com seus chás de ervas medicinais e, do outro, a indústria farmacêutica, industrializando saberes/conhecimentos tradicionais e faturando alto com o comércio de nossas plantas medicinais, como por exemplo a copaíba, que é um óleo medicinal que sempre foi extraído e utilizado pelos trabalhadores na Amazônia e agora está industrializado e comercializado em cápsulas. Você não acha que mesmo aproveitando os saberes das comunidades tradicionais, envolvendo-as no processo de desenvolvimento regional de acordo com essa perspectiva que você vem falando, será que nós não vamos ser usurpados, expropriados de nossas riquezas naturais mais uma vez, correndo o risco de servirmos de escada para os interesses da indústria farmacêutica internacional?

M. S. – Mas isso está acontecendo. A indústria farmacêutica está levando o saber das velhinhas, dos índios, dos seringueiros, dos caiçaras. Eles estão isolando princípio ativo de tudo o que eles podem, da copaíba, do que eles pegarem, e estão fazendo isso sem nenhum critério. É o movimento de resistência que, graças a Deus, na Eco/92 a gente aprovou a Convenção da Bio-Diversidade – são 175 países signatários –, que institui algo que considero um avanço na história da humanidade. Conforme este acordo, cada país é autônomo em relação aos seus recursos naturais, cada país deve ter instrumento legal de acessar esses recursos. As comunidades são portadoras de saberes associados a esses recursos, que devem ser respeitados e remunerados. O que acontece hoje é uma grande briga da indústria farmacêutica, da indústria de cosméticos, de multinacionais poderosas que querem continuar entrando, pegando as espécies, pegando os saberes que as pessoas têm e transformando isso em pesquisas e patenteando essas pesquisas, sem nos darem a mínima satisfação. Então, a Lei que hoje está tramitando, de regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade, é uma resistência a tudo isso que você coloca, porque a Lei prevê o que? Ela prevê o reconhecimento dos saberes das populações, ela prevê a autonomia das populações com relação aos seus recursos e a autonomia das populações com relação aos seus saberes. Se você, como pesquisador, quiser pegar informações lá da comunidade, só se for com a anuência dela, e se você tiver alguma vantagem a partir dessa informação, você tem que remunerar a comunidade. Isso pode ser um vetor de estímulo para que a comunidade primeiro aprofunde mais os seus saberes, a partir dessa oralidade que não é mais uma oralidade pura, pois tem

todo um sistema para catalogar essas informações, até para que ela possa se assegurar dessas informações.

Hoje nós temos três projetos que estão tramitando na Câmara dos Deputados: o projeto do Senado, apresentado por mim, que foi aprovado por unanimidade e encaminhado para a Câmara. O governo apresentou uma proposta que, de certa forma, ele copiou da proposta que a gente já havia apresentado no Senado, só que com alguns prejuízos, embora tenha algumas questões que considero que devam ser aproveitadas. Mas está muito longe daquilo que foi construído no Senado, com várias audiências públicas, com o apoio da comunidade científica, das comunidades tradicionais, de todos os debates que rolaram por quase um ano para que a gente chegasse ao texto que foi aprovado. Então, o governo, eu acho que atendendo mesmo à pressão da indústria farmacêutica, apresenta uma proposta que contempla o não reconhecimento do saber das populações tradicionais, que as populações não têm autonomia sobre seus recursos, que, no caso dos índios, quem dá permissão é a Funai e isso está completamente equivocado porque a Funai não é mais tutora, pela Constituição de 1988, sobre os recursos das comunidades indígenas. Elas têm livre usufruto de seus recursos, exceto os minerais, porque os minerais nem são para os índios, nem são para nós. Ninguém tem autonomia com relação a esses recursos. Então, acho que essa resistência a essa mercantilização de tudo, de uma forma perversa, é que a Lei tenta evitar. É claro que a Lei, em si só, não resolve o problema. Você vai ter que ter estruturas, você vai ter que ter uma comunidade com um mínimo de conscientização sobre a valorização dos seus saberes, dos seus recursos.

Eu acredito que essas comunidades têm como fazer isso em seu próprio proveito, elas não têm como fazer isso se forem completamente abandonadas pelo poder público, porque, sozinhas, é impossível. Nem o Brasil não tem muito o que fazer, porque a biotecnologia nos países desenvolvidos está dando de mil a zero na gente. Não porque nós não tenhamos cientistas capazes, nós não temos é estrutura, e, hoje, com o sucateamento das universidades e dos centros de pesquisa, a gente vai ficando cada vez mais sem condições de tirar essa diferença que já é abissal. Imagine as comunidades! A Lei, inclusive, prevê que qualquer pesquisa estrangeira deve ser feita com a parceria imbricada com pesquisadores nacionais e não aquela parceria fajuta, em que você está junto, mas você não tem acesso, você não produz o conhecimento. Tem que ser uma parceria de produção e de internalização do conhecimento, inclusive dos investimentos, na medida do possível.

Falando de Lei, você não acha que a legislação florestal, em vigor hoje no Brasil, da forma como ela está sendo implementada não tende mais a prejudicar as comunidades de índios, ribeirinhos, colonos e seringueiros?

M. S. – Olha, eu acho que os casos de abuso com relação à Lei dos Crimes Ambientais e a questão da Legislação Florestal devem ser corrigidos. Agora, nós temos que ter muito cuidado porque os grandes usam os exemplos das pequenas comunidades para generalizar isso e tentar tirar vantagem para os grandes desmatamentos, para pesca predatória, para caça predatória. Tanto é que na Lei de Crimes Ambientais, quando tramitou no Senado e eu fui a relatora, uma das coisas que a gente corrigiu foi a questão da caça de subsistência, que antigamente era protegida e pela Lei foi instituída. Ficou estabelecido que a caça de subsistência não se constitui crime; quando, por exemplo, uma pessoa, um índio ou um caboclo, enfim ele próprio, por desinformação ou por alta necessidade comete algum tipo de infração, a penalidade dele é diferenciada. Agora isso tem que ser fiscalizado, porque senão você pode instituir uma máfia que se utiliza dessas pessoas, dizendo que é por necessidade e você institui uma prática nefasta. Então, toda legislação tem que ter, digamos assim, a sensibilidade para as especificidades. Agora, que você tem que ter muito cuidado, com relação a essa questão é porque aqui tivemos um exemplo concreto. Proíbe-se desmate, aí a gente faz uma luta para que os pequenos roçados possam ser liberados. Os grandes não se conformam, entendeu? Eles usam os pequenos com um discurso de que está proibido, coitado do infeliz. Aí a gente vai e tira até tantos hectares, dois ou três hectares não tem problema, mesmo assim eles continuam insatisfeitos. Ou seja, apenas era o discurso de que não pode mais tirar um cabo de machado, quando o que a gente está questionando não é o cabo de machado e sim derrubar dez mil toras de mogno lá no Rio Iaco, é isso que está sendo questionado. Então a Legislação Florestal, a Lei dos Crimes Ambientais, em que pese até as mudanças que o governo fez, se nós formos ver do ponto de vista do pequeno, das reservas extrativistas, estrategicamente ela dá uma proteção.

Agora tem problemas que não são da Lei, sim do funcionário corrupto, da fiscalização, do controle, por que? Porque ele usa o pequeno como bode expiatório, como em tudo se faz. Você hoje prende o ladrão de galinha e deixa o que roubou, faliu o Banacre impune, você pega o que mata um jabuti para comer e deixa um madeireiro com quinze mil toras impune. Esse é um problema de estrutura viciada, em que você tem casos de corrupção, você tem um processo que tem que ser todo mudado, essa é a questão.

Vamos encerrar falando um pouco dos projetos de educação nos seringais. Será que ao se dar ênfase à cultura letrada, não se corre o risco de uma certa perda de valores e conhecimentos de uma oralidade profundamente vinculada às culturas e saberes das populações da mata?

M. S. – Olha, eu não consigo pensar a educação como uma forma de aniquilação, eu acho que ela pode ser de afirmação de culturas. Porque se nós não tivermos essa sensibilidade, nem a história do caboquinho da mata vai sobreviver. Porque hoje a maioria dos jovens não tem mais essas histórias. Primeiro porque os pais foram retirados, porque os mitos e essas crenças já não têm mais a mesma força que tinham há vinte, trinta anos atrás, quando eu era criança, que entrava no meio da mata e passava um vento mais frio na restinga eu me arrepiava toda achando que era caboquinho da mata. Então, se você souber trabalhar isso do ponto de vista de uma educação que seja, digamos, adequada à realidade cultural e social dessas comunidades, você vai estar colocando isso, inclusive do ponto de vista da valorização de tudo. Ai você tenta resgatar com as pessoas mais velhas, para fazer um resgate oral mesmo, várias coisas, histórias, crenças e mitos que circundavam no nosso universo cultural, social e até mesmo espiritual, que hoje os jovens já não têm. Hoje, infelizmente, boa parte dos jovens que não têm nenhuma perspectiva de vida, mesmo os que vivem nos seringais ou nas colônias, estão muito cedo tomando bebida alcoólica, estão muito cedo desassociados da atividade produtiva dos pais e indo para as periferias, morar na casa de algum parente, que não é nem para estudar, é para ficar lá desagregado.

Você conhece um pouco a experiência da “Poronga”, que foi um projeto pensado para a educação dos seringueiros. Se você pensa que essas unidades de produção, às quais já me referi, têm que funcionar não mais como a antiga colocação associada a um barracão, num sistema de exclusividade, como era antigamente, você vai ter que ter uma pequena gerência e com qualidade, na unidade familiar de produção. Não há nada mais bem-vindo do que você poder formar os jovens, inclusive para poder ajudar aos pais a administrar o seu pequeno núcleo produtivo. Então, eu acho que a educação é fundamental, até porque não somos nós, os brancos, porque os seringueiros não são da tradição oral, e mesmo os índios que têm uma outra concepção de formação acerca da sua transferência de conhecimentos, que é tipicamente oral, reivindicam a educação e eu advogo, claro, que a educação indígena deva ser bilíngüe, deva ser multicultural, deva ter toda uma relação diferenciada. Mas não dá, com tudo que está acontecendo, com a pressão, com a exigência que é feita sobre as comunidades, para a gente dizer que eles vão ficar isolados, sozinhos no seu mundo. É claro que as comunidades que

ainda estão isoladas, que têm a possibilidade de serem protegidas, isso deve ser pensado, construído de uma forma solidária, fraterna, respeitosa. Mas a educação é uma necessidade e eles desejam isso, desejam e de uma forma consciente. Por exemplo, eu morava no seringal e eu sempre quis estudar, sempre quis, mas infelizmente não tinha escola. Então, ninguém pode decretar que não vai ter escola senão você deixa de ser seringueiro.

Agora, há e sempre haverá a possibilidade de que a educação formal passe a ser vista como superior e única forma de interpretação e diálogo com o mundo, mas isso depende da própria visão de educação que você implementa. Se você tem um modelo educacional que vai lá com a supremacia da ciência e diz que isso é a única forma de conhecimento, ele é um modelo de educação equivocado, porque o conhecimento não pode pensar num saber, pois o que se tem são saberes. Uma educação adequada vai lá para dizer que aquele conhecimento que é produzido por eles, aquele conhecimento oral é um saber tão rico quanto o saber letrado. Não pode haver uma imposição do saber letrado, em detrimento do saber da tradição oral, das práticas culturais instituídas em uma comunidade. Se a educação faz isso, é porque é uma educação, digamos assim, preconceituosa. Hoje, já existe um avanço muito grande dos educadores que não colocam as coisas nesse nível, mesmo os cientistas. Hoje existe uma série de cientistas que valorizam concretamente, respeitosamente, os saberes das populações tradicionais. Isso tudo é porque a ciência é parcial, é um conhecimento que você adquire e daqui há algum tempo pode não ser mais aquilo, principalmente com a velocidade com que as coisas hoje estão acontecendo.